

**SECRETARIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES**

**PLANO SETORIAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES**

**CONSULTA
ESTRUTURADA**

**BRASÍLIA
2020**

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

MINISTRO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA

Tarcísio Gomes de Freitas

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Marcelo Sampaio da Cunha Filho

SECRETÁRIO NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

Marcello da Costa Vieira

DIRETOR DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PROJETOS ESPECIAIS

Luciano Lourenço da Silva

COORDENADORA-GERAL DE PLANEJAMENTO E PROJETOS ESPECIAIS

Katia Matsumoto Tancon

EQUIPE TÉCNICA

Artur Monteiro Leitão Júnior

Davi Leite dos Santos

Francielle Avancini Fornacriari

Ricardo Toledo Borges

Vitória de Azevedo Albuquerque

**SECRETARIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES**

**PLANO SETORIAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES**

**CONSULTA
ESTRUTURADA**

**BRASÍLIA
2020**

INTRODUÇÃO

As Iniciativas Táticas constituem-se - ao lado dos Objetivos Táticos Setoriais - em um dos dois principais elementos a serem definidos no âmbito do Plano Setorial de Transportes Terrestres - PSTT.

Em termos mais específicos, as Iniciativas Táticas comportam um relativo **protagonismo no PSTT** pelo fato de que, enquanto os Objetivos Táticos conectam-se de modo mais proeminente aos ditames e diretrizes estabelecidos pelas políticas e planos estratégicos macrossetoriais, são elas que correspondem, em última instância, aos **comandos de nível tático** para os modos de transportes rodoviário e ferroviário, conectando as diretrizes estratégicas (mais teóricas e generalizantes) às iniciativas, projetos e ações (mais práticos e espaço-temporalmente delimitados).

Sendo assim, são as Iniciativas Táticas que vão delinear, enquanto da vigência desta versão do Plano Setorial, as linhas de ação das políticas públicas e ações a serem empreendidas no âmbito dos subsistemas de transportes terrestres do Governo Federal.

Por conta desse papel central, tais iniciativas foram capturadas a partir das manifestações diretas (levantamento de dados primários) das partes interessadas: por meio da **Consulta Estruturada**, obtiveram-se contribuições importantes para a resolução dos gargalos e entraves setoriais, bem como para o aproveitamento das oportunidades de melhorias e aperfeiçoamentos para os transportes terrestres, de modo a culminar nas **50 (cinquenta) propostas de Iniciativas Táticas Setoriais**, postas no presente relatório, a serem apreciadas e validadas pelas instâncias técnico-políticas responsáveis pelo desenvolvimento das políticas públicas setoriais.

FOCOS DE ATUAÇÃO

A partir da necessidade de expandir o rol das iniciativas políticas setoriais para além das ações de caráter tipicamente relacionado à provisão de infraestrutura e consecução de obras, estabeleceu-se como parâmetro de fundo a concepção das Iniciativas Táticas a partir de **cinco focos de atuação**, ensejando a emergência de inovações e soluções criativas, ora relacionadas a aspectos importantes das competências e políticas públicas setoriais (como a infraestrutura, operação e serviços), ora atreladas a aspectos tangenciais (como a articulação setorial) ou transversais (como a comunicação).

Sendo assim, os focos de atuação setorial considerados para inspirar a definição das Iniciativas Táticas são:



INFRAESTRUTURA

Investimentos em rodovias e ferrovias, seja por meio de obras públicas ou outorgas.



OPERAÇÃO

Fiscalização e monitoramento de empreendimentos viários e/ou de serviços de transporte e logística associados; geração de governança eficiente; sistemas inteligentes de transportes (ITS), informatização de bancos de dados etc.



SERVIÇOS

Prestação direta ou indireta e regulação dos serviços de transporte rodoviário e ferroviário de cargas e passageiros



ARTICULAÇÃO SETORIAL

Articulação com órgãos, entidades e associações do Governo, Sociedade e Mercado, com vistas à participação, integração e pactuação de interesses e expectativas em relação ao setor de transportes terrestres



COMUNICAÇÃO

Estratégias de transparência, disseminação de conhecimento e divulgação de resultados setoriais.

CONSULTA ESTRUTURADA: CONTRIBUIÇÕES

Por meio de ofícios, reuniões e diálogos setoriais digitais, as principais partes interessadas (stakeholders) mapeadas para esta etapa inicial de concepção e desenvolvimento do Plano Setorial foram convidadas a, a partir de um formulário eletrônico disponibilizado no Portal do Ministério da Infraestrutura, prestar suas contribuições e sugestões para a definição dos comandos táticos delineadores das políticas públicas setoriais.

Desse modo, foram convidados 105 stakeholders de 76 instituições distintas, obtendo-se, ao final do processo, uma significativa quantidade de respostas e representação institucional (Gráfico 1):



102 respostas



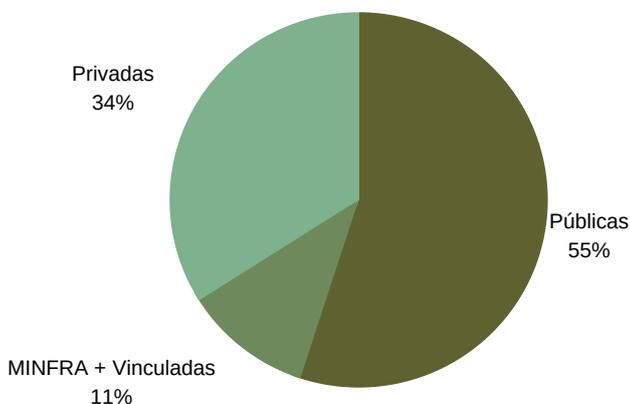
92 pessoas distintas



44 instituições representadas

Gráfico 1: Classificação institucional por sua natureza:

66% das instituições que aderiram à Consulta Estruturada são públicas (órgãos intra e intersetoriais)



INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

A relevância e abrangência da etapa de Consulta Estruturada pode ser auferida por meio da representatividade das instituições participantes desta etapa, destacando-se:



CONSULTA ESTRUTURADA: PERCURSO METODOLÓGICO

Em função da ampla gama de instituições partícipes da etapa de **Consulta Estruturada** (órgãos governamentais intra e intersetoriais, confederações e associações representativas da sociedade civil organizada e do mercado, instituições acadêmicas, secretarias de transportes e logísticas de outros entes federativos, entre outros), as contribuições captadas abrangeram uma variedade de assuntos e temáticas, de modo que se suscitou a necessidade de tratamento metodológico para a congregação, classificação e categorização das propostas segundo suas similaridades, sob o propósito de geração de redações mais assertivas para as minutas de Iniciativas Táticas.



CONSULTA ESTRUTURADA: TEMÁTICAS ABORDADAS

Dado o amplo universo quantitativo e qualitativo das contribuições, indicam-se, abaixo, os principais temas tratados no âmbito dos inputs fornecidos na etapa de Consulta Estruturada:

INVESTIMENTOS SETORIAIS

CRITÉRIOS DE INVESTIMENTOS

DISCIPLINAMENTO DE NORMATIVOS E DETERMINAÇÕES TÉCNICAS NOS EDITAIS

MECANISMOS DE APERFEIÇOAMENTO DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS PARA FINANCIAMENTO

MANUTENÇÃO DE RODOVIAS NÃO PAVIMENTADAS



PLANEJAMENTO E PROJETOS

PADRONIZAÇÃO DA DEMANDA POR TRANSPORTE NOS PROJETOS



CONCESSÕES

ESTRUTURAÇÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO

MECANISMOS DE FINANCIAMENTO CRUZADO

MECANISMOS DE INCENTIVOS NOS CONTRATOS

MODELO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS

CONTRATAÇÃO DE LONGO PRAZO PARA MANUTENÇÃO

COBRANÇAS DE PEDÁGIOS PROPORCIONAIS



INICIATIVAS TÁTICAS: MINUTA

LOGÍSTICA

PRIORIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS A PARTIR DE CORREDORES LOGÍSTICOS ESTRATÉGICOS

AUMENTO DA CAPACIDADE DOS CORREDORES LOGÍSTICOS ESTRATÉGICOS

MODELO DE GOVERNANÇA PARA OS CORREDORES LOGÍSTICOS ESTRATÉGICOS

SERVIÇOS INTERMODAIS/ CENTROS DE INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA

LOCALIZAÇÃO E FOMENTO AOS CENTROS DE INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA



TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

DIRETRIZES PARA FOMENTO E APERFEIÇOAMENTO



DIRETRIZES PARA O TRANSPORTE FERROVIÁRIO

DESENVOLVIMENTO DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS

UTILIZAÇÃO DE RAMAIS SUBUTILIZADOS

AUTORIZAÇÃO DE LINHAS PRIVADAS DE PASSAGEIROS

MONITORAMENTO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

REDUÇÃO DOS CONFLITOS URBANOS

REGULAÇÃO DO DIREITO DE PASSAGEM E OPERADOR FERROVIÁRIO INDEPENDENTE



TRÂNSITO

EDUCAÇÃO AMPLA PARA O TRÂNSITO

CURSOS DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES

EXAMES TOXICOLÓGICOS POR AMOSTRAGEM



INICIATIVAS TÁTICAS: MINUTA

FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO

SISTEMAS DE SEGURANÇA PARA TRECHOS COM MAIORES ÍNDICES DE ACIDENTES

SISTEMA NACIONAL DE MONITORAMENTO E VIGILÂNCIA

TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS

FISCALIZAÇÃO EM TEMPO REAL

FISCALIZAÇÃO COM PESAGEM DINÂMICA



INTERCÂMBIO E PARCERIAS

PARCERIAS COM OUTROS PAÍSES

PARCERIA COM AS FORÇAS ARMADAS PARA SEGURANÇA NACIONAL

INTERCÂMBIO COM OUTROS ÓRGÃOS

ARTICULAÇÃO COM DEMAIS UNIDADES FEDERATIVAS

PARCERIAS PARA A CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

SUBSÍDIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL

IMPLEMENTAÇÃO DO FÓRUM NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES



INFORMAÇÕES

DESENVOLVIMENTO DE PORTAL ELETRÔNICO

UTILIZAÇÃO DE BIG DATA

RANKING QUALITATIVO DAS RODOVIAS



INICIATIVAS TÁTICAS: MINUTA

SIMPLIFICAÇÃO DE NORMATIVOS JUNTO AOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS

TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE PARA CONDICIONANTES AMBIENTAIS

SUSTENTABILIDADE

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DE VEÍCULOS

CERTIFICAÇÃO DE EMPRESAS COM SELO VERDE

RANKING DE PONTUAÇÃO DE PROJETOS SUSTENTÁVEIS



ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

LEGISLAÇÃO

ALTERAÇÃO NO SISTEMA NACIONAL DE VIAÇÃO

AGENDA REGULATÓRIA DENATRAN



INICIATIVAS TÁTICAS SETORIAIS

A seguir, à luz das contribuições capturadas junto às partes interessadas na etapa de Consulta Estruturada, serão apresentadas as minutas das Iniciativas Táticas setoriais.

Foram redigidas, ao todo, 50 (cinquenta) iniciativas a partir do esforço técnico de classificação e categorização das temáticas propostas, de modo que o que ora se apresenta constitui-se no produto bruto desta etapa de redação, devendo passar por avaliação e validação técnica e política das áreas competentes para fins de maior assertividade e legitimação dos elementos políticos táticos a constarem no Plano.

Para efeitos de apresentação, sugestões e contribuições que apresentam alguma similaridade ou referência temática única foram justapostos em subtópicos (incisos) dentro de uma mesma iniciativa, de modo que tais tópicos podem ter a sua pertinência e relevância julgadas - quando da apreciação e validação - em separado (individualmente), sem prejudicar a constituição da iniciativa como um todo.

Por fim, destaca-se também que para cada iniciativa são correlacionados os Objetivos Táticos Setoriais relacionados à natureza da proposição, facilitando a conexão e coesão entre os objetivos e as iniciativas do Plano Setorial de Transportes Terrestres.

01.

Adotar critérios objetivos e transparentes para a consecução de investimentos de implantação, ampliação e adequação da malha rodoviária federal, centrados no benefício aos usuários e no retorno social dos projetos, considerando:

- a. a mitigação dos conflitos com as áreas urbanas, preferencialmente por meio de contornos ou variantes;**
- b. a viabilidade de obtenção antecipada das licenças ambientais;**
- c. a adoção das alternativas de menor emissão de poluentes;**
- d. o estabelecimento de rotas alternativas redundantes, quando possível, para fluxos mais expressivos, a fim de evitar a inexistência de opções viárias quando da interrupção do tráfego em função de acidentes/incidentes e ocorrências de eventos de crise, emergência ou calamidade pública;**
- e. o atendimento a rotas turísticas;**
- f. o atendimento a áreas remotas;**
- g. a identificação e mapeamento, para atendimento, dos centros urbanos e polos produtivos (agrícolas e industriais) consolidados e potenciais, a partir das vocações e particularidades regionais;**
- h. a integração com as malhas estaduais/distritais e municipais para fins de execução de investimentos prioritariamente na Malha Rodoviária Federal Estratégica.**

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



02.

Implementar programa de manutenção preventiva e corretiva para as rodovias federais não pavimentadas.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



03.

Disciplinar, de modo mais claro e assertivo, os normativos e as determinações técnicas a serem seguidas nos editais de contratações de investimentos em infraestruturas viárias, sobretudo quanto:

- a. aos processos de desenhos de engenharia e serviços;**
- b. aos modelos de cronogramas e custos;**
- c. as métricas de aceitação das entregas para efetuação dos pagamentos;**
- d. à definição e delimitação da matriz de riscos, tornando os custos mais previsíveis e aumentando o leque de potenciais empresas contratadas.**

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



04.

Definir critérios e mecanismos, no que couber, de aperfeiçoamento do ambiente de negócios vinculado ao planejamento dos transportes terrestres, considerando:

- a. a ampliação da participação financeira de empresas e do capital internacional em projetos de transportes terrestres;**
- b. a utilização dos recursos provenientes dos Acordos de Leniência para a realização de obras de infraestrutura;**
- c. a identificação de fontes de recursos de bancos de fomento regionais e organismos multilaterais para o financiamento de projetos, inclusive os transfronteiriços;**
- d. a destinação de parte dos recursos arrecadados pela prestação dos serviços de transporte para empreendimentos de interesse nacional;**
- e. a alteração na legislação para emissão de debêntures de infraestrutura como fontes de financiamento para os projetos setoriais;**
- f. a definição, em articulação com a Receita Federal do Brasil, de critérios para certificação de empresas de transportes enquanto Operadores Econômicos Autorizados.**

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



05.

Instituir mecanismos de padronização dos planos/projetos setoriais quanto às metodologias de definição da demanda por transporte a partir da obtenção e controle dinâmico de informações de transporte de cargas, com vistas a subsidiar o planejamento e prospecção de novos trechos viários.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



06.

Estabelecer a padronização das cláusulas dos contratos de concessão das rodovias e ferrovias federais, considerando:

- a. a utilização gradual de tecnologias sustentáveis;**
- b. a implementação de gatilhos para a adoção de inovações tecnológicas;**
- c. o estabelecimento de uma matriz de riscos compartilhada com o poder público quanto às demandas de tráfego estabelecidas nos projetos;**
- d. o estabelecimento de critérios de remuneração variável de prazo e de qualidade, de forma a remunerar ganhos de cronograma e/ou de entrega de infraestrutura com melhor performance;**

06. (continuação)

- e. a instituição de mecanismos de monitoramento contínuo e permanente dos investimentos realizados durante a concessão;
- f. a execução, por meio de ações legais cabíveis, de contratos adicionais voltados à intervenção, manutenção ou conservação em decorrência do inadimplemento das concessionárias;
- g. o estabelecimento das regras de indenização por ativos não amortizados em caso de término antecipado dos contratos de concessão;
- h. a permissão da exploração de receitas acessórias por parte das empresas concessionárias;
- i. a inclusão, nas concessões de menor atratividade, de equipamentos adjacentes para fins de aumento da atratividade das concessões;
- j. a obrigação de comprovação, por parte da concessionária, de que dispõe dos recursos necessários, ou de meios para a obtenção dos mesmos, para o cumprimento das obrigações contratuais.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



07.

Estabelecer modelos e mecanismos de financiamento cruzado no âmbito das concessões de transportes terrestres, de modo a permitir:

- a. investimentos, por parte da iniciativa privada, na melhoria, adequação de capacidade, operação e manutenção dos eixos rodoviários de menor atratividade;
- b. subsídios ao desenvolvimento regional dos ativos e da operação vinculados a programas de transporte ferroviário de passageiros.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



08.

Pactuar, nos contratos de concessão de rodovias federais novos e vigentes, mecanismos de:

- a. incentivos às concessionárias a partir da aferição do desempenho em indicadores de satisfação dos usuários;
- b. incentivos às concessionárias a partir da aferição do desempenho em indicadores de segurança viária;
- c. reconhecimento e incentivos voltados à introdução de inovações e práticas sustentáveis;
- d. reconhecimento e incentivos voltados à introdução de novas tecnologias na engenharia construtiva e na fluidez operacional das vias;
- e. diminuição das interseções e conflitos com as vias urbanas.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



09.

Desenvolver modelo de classificação de riscos para os operadores das infraestruturas e dos serviços de transportes terrestres, de modo a considerar as demandas dos usuários.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



10.

Avaliar a implantação de programas de outorga de longo prazo à iniciativa privada dos serviços de conservação e manutenção das rodovias federais, considerando a viabilidade das modalidades de concessão e de parceria público-privada patrocinada.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



11.

Estabelecer, no âmbito das concessões rodoviárias federais, mecanismos de cobrança de pedágios proporcionais aos trechos percorridos por meio da identificação eletrônica dos veículos.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



12.

Priorizar os investimentos setoriais a partir dos corredores logísticos estratégicos, considerando, na definição do escopo dos contratos de concessão ou de manutenção, a integração do eixo viário principal às suas respectivas vias alimentadoras, consoante uma visão territorial integrada e de melhoria do desempenho e eficiência logística.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



13.

Promover o aumento de capacidade das vias de transportes terrestres integrantes dos corredores logísticos estratégicos, considerando:

- a. a consecução de investimentos de alterações físicas das vias;**
- b. a identificação e consecução de melhorias na sinalização;**
- c. o fortalecimento das fiscalizações ao longo de trechos críticos quanto à ocorrência de acidentes;**
- d. a diminuição das interseções em nível com os ambientes urbanos.**

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



14.

Definir mecanismos e modelo de governança de coordenação dos corredores logísticos multimodais, considerando:

- a. a criação de um gestor responsável por articular os interesses e gerar compromissos entre as partes interessadas (usuários, concessionárias e órgãos públicos intervenientes) quanto à resolução dos entraves da infraestrutura, operação e serviços logísticos;
- b. a realização de projeto piloto de tributação única em um corredor logístico multimodal, sem a cobrança diferenciada por unidade federativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



15.

Fomentar operações e serviços logísticos intermodais entre os subsistemas rodoviário e ferroviário, considerando:

- a. a implantação de Centros de Integração Logística em pontos estratégicos da malha;**
- b. a prospecção e utilização de equipamentos e processos inovadores de carregamento e transbordo de cargas;**
- c. a padronização e unitização das cargas por meio de contêineres;**
- d. o desenvolvimento de uma rede nacional voltada ao acompanhamento e mapeamentos dos fluxos de transporte a partir de sistemas eletrônicos de leitura e identificação de veículos e cargas transportadas;**
- e. o desenvolvimento de uma rede de centros de controle operacional descentralizados, com grande capilaridade territorial, qualificação profissional em gestão, planejamento e operação e agilidade nos fluxos e trâmites dos processos administrativos requeridos no âmbito do transporte de cargas;**
- f. a pactuação dos ajustes tributários necessários para a efetividade da atuação dos Operadores de Transporte Multimodal.**

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



16.

Definir diretrizes de fomento à instalação de Centros de Integração Logística, considerando a intermodalidade e a eficiência logística no transporte de cargas.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



17.

Estabelecer diretrizes voltadas ao fomento e aperfeiçoamento do transporte de passageiros nos modos de transportes terrestres.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



18.

Estabelecer diretrizes para o desenvolvimento do transporte ferroviário de passageiros e cargas, considerando:

- a. a identificação de potencialidades e mecanismos de transporte misto, de passageiros e cargas fracionadas, inclusive relacionadas ao serviço expresso de pequenas encomendas;**
- b. a simplificação dos procedimentos regulatórios e exigências no âmbito da prestação dos serviços ferroviários concedidos com vistas à desburocratização;**
- c. o desenvolvimento das infraestruturas necessárias ao transporte de contêineres nas ferrovias, favorecendo a intermodalidade;**
- d. a consecução de estudos voltados à aferição da possibilidade de padronização das bitolas para a integração das malhas ferroviárias;**
- e. a simplificação de processos de autorização e de utilização direcionada dos impostos regionais para fins de subsídio à expansão da malha ferroviária e à melhoria e modernização de trechos já existentes;**
- f. a permissão para a utilização de naming rights nas estações, linhas e trens e de publicidade interativa nos trens e estações para fins de geração de financiamento para as operações ferroviárias;**
- g. o fomento à produção industrial nacional de trens e à cadeia de insumos, bens e serviços voltados ao desenvolvimento, manutenção e operação dos materiais rodantes, vias permanentes e sistemas empregados no transporte ferroviário.**

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



19.

Desenvolver o transporte ferroviário de passageiros, considerando:

- a. a criação de hubs e estações com pontos de conexão entre modos de transporte nos ambientes urbanos atendidos pelos trens de passageiros, de modo a integrar o planejamento urbano com o planejamento das linhas ferroviárias de média e longas distâncias;
- b. o fomento ao desenvolvimento de atividades comerciais nas estações de embarque/desembarque de passageiros;
- c. o incentivo à criação de programas de recompensa e/ou fidelização dos usuários quando da utilização deste modo para atividades de lazer e de negócios;
- d. a viabilidade de viagem de automóveis e/ou caminhões de pequeno porte em vagões apropriados.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



20.

Identificar as potencialidades de utilização de ramais ferroviários desativados ou subutilizados para o transporte ferroviário de passageiros por meio de autorizações de short-lines, considerando a integração regional urbana a partir da priorização das interligações entre cidades médias e de grande porte/ regiões metropolitanas.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



21.

Viabilizar, por meio de normas simplificadas, a autorização pública de linhas ferroviárias privadas de passageiros, com vistas à geração do desenvolvimento sustentado do transporte ferroviário de passageiros.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



22.

Estabelecer mecanismos de monitoramento constante dos serviços de transporte ferroviário de passageiros a partir de indicadores de qualidade, performance e disponibilidade dos serviços, considerando a acessibilidade e a adequação aos portadores de necessidades especiais.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



23.

Estabelecer programas junto às concessionárias das ferrovias voltados à redução dos conflitos urbanos e atualização e modernização da sinalização das passagens de nível das ferrovias nacionais, contribuindo para o aumento da capacidade, segurança e eficiência da malha ferroviária brasileira.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



24.

Promover discussões e estudos acerca da regulação do direito de passagem e do operador ferroviário independente, com vistas à geração de uma maior competitividade ao setor ferroviário.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



25.

Implementar programa permanente e integrado de educação ampla para o trânsito, objetivando a educação formal e informal acerca das boas práticas, a promoção de ações de responsabilidade junto à sociedade e a realização de eventos e campanhas de segurança viária mais efetivas.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



26.

Propor reformas nas metodologias e ementas dos cursos de formação de condutores, com vistas a torná-los mais modernos, acessíveis e eficientes, inclusive no que tange às especializações requeridas para o transporte de veículos de cargas de grande porte.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



27.

Substituir os exames toxicológicos periódicos por exames por amostragem aleatória, de modo a propor penalidades para os casos positivos.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



28.

Aprimorar continuamente a segurança viária nas rodovias federais em todo o território nacional, considerando:

- a. uma metodologia de definição e monitoramento de trechos críticos a partir da identificação e classificação das vias;**
- b. a implementação de melhorias físicas e operacionais, inclusive de sinalização, em trechos rodoviários com maiores índices de acidentes;**
- c. a implantação de áreas de escape em trechos críticos quanto à ocorrência de acidentes, em rodovias concedidas ou não;**
- d. a avaliação contínua de trechos críticos, concedidos ou não.**

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



29.

Implementar um sistema nacional de monitoramento e vigilância dos subsistemas rodoviário e ferroviário, integrando os órgãos e instâncias competentes, objetivando:

- a. controle de tráfego, por meio de câmeras e equipamentos eletrônicos;**
- b. registro integrado e detalhado da ocorrência de acidentes viários, explicitando as causas, localizações e gravidades dos eventos;**
- c. prevenção e/ou atuação célere no caso da ocorrência de acidentes ou incidentes;**
- d. promoção de segurança contra roubo de cargas;**
- e. promoção de segurança contra a ocorrência de atos ilícitos.**

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



30.

Estabelecer mecanismos de prevenção e protocolos de contenção de produtos perigosos no âmbito do transporte de cargas, considerando:

- a. a definição de um sistema de gestão para fins de identificação dos riscos e diminuição dos impactos socioambientais em função da ocorrência de eventuais acidentes/incidentes;
- b. a definição simplificada dos regulamentos e penalidades em decorrência das infrações.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



31.

Implementar mecanismos de fiscalização dos veículos de cargas em tempo real, de modo a reduzir as inspeções veiculares nas divisas estaduais.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



32.

Estabelecer mecanismos de fiscalização dos veículos de carga na velocidade regulamentar das rodovias federais por meio de uma adequada estruturação tecnológica voltada à pesagem dinâmica e à lavratura dos autos de infração.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



33.

Estabelecer parcerias com outros países, de modo a ampliar a interação e a comunicação no âmbito dos transportes terrestres, considerando:

- a. a elaboração de estudos e projetos transfronteiriços;**
- b. a coordenação com o planejamento dos órgãos competentes, nacionais e estrangeiros, responsáveis pela fiscalização, controle aduaneiro e segurança nacional para fins de geração de um funcionamento pleno e efetivo dos postos de fronteira;**
- c. a integração e simplificação das barreiras burocráticas e o emprego de inovações tecnológicas com vistas à geração de maior fluidez nas operações de transportes com os países vizinhos;**

33. (continuação)

- d. o estabelecimento de acordos de cooperação para o intercâmbio de expertises no desenvolvimento da infraestrutura viária terrestre;
- e. os intercâmbios econômicos e educacionais voltados à independência tecnológica nacional;
- f. a integração da malha ferroviária nacional com os países fronteiriços;
- g. o aprimoramento da gestão e da operação dos serviços de transporte rodoviário internacional semiurbano, em articulação com os países fronteiriços.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



34.

Identificar, em articulação com as Forças Armadas, iniciativas de interesse para a segurança nacional quanto às políticas e ao planejamento dos transportes terrestres, considerando:

- a. a adequação da infraestrutura viária para otimizar o transporte e o apoio logístico às tropas terrestres;**
- b. a identificação de projetos viários voltados ao incremento da presença militar em âmbito nacional;**
- c. o levantamento dos gargalos e necessidades físicas e operacionais, no âmbito das infraestruturas terrestres voltadas à defesa nacional;**
- d. a identificação e preparação de rodovias federais estratégicas para utilização eventual em pousos de aeronaves militares;**
- e. o estabelecimento de projetos transfronteiriços voltados à cooperação e integração em defesa no âmbito sul-americano.**

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



35.

Promover o intercâmbio com órgãos e instituições do setor público, privado e acadêmico em prol do aprimoramento da gestão, planejamento, execução dos investimentos e do desenvolvimento científico-tecnológico de engenharia dos transportes terrestres, considerando:

- a. o alinhamento das análises de projetos e soluções de engenharia entre as entidades vinculadas;**
- b. o estabelecimento da articulação e integração do planejamento setorial de transportes do governo federal com as demais instâncias federativas;**
- c. o fortalecimento das capacidades, autonomia e competências das unidades regionalizadas das entidades vinculadas ao Ministério da Infraestrutura;**
- d. o estabelecimento de planos integrados de fiscalização nas vias federais de transporte entre as instâncias competentes;**
- e. o desenvolvimento de soluções integradas junto aos órgãos ambientais e de controle para mitigação dos riscos de paralisação das obras nas rodovias federais e ferrovias;**
- f. a aproximação com setores industriais e instituições nacionais e internacionais de pesquisa e desenvolvimento para o desenvolvimento e promoção da inovação tecnológica e informacional setorial;**

35.

(continuação)

g. o desenvolvimento de ensaios e projetos piloto de engenharia de transportes terrestres em centros técnicos e universitários, corporativos ou não, sobretudo em projetos de construção, manutenção, operação, diminuição dos conflitos urbanos e conservação de contenções e obras de arte especiais nas rodovias federais e ferrovias;

h. a utilização dos Recursos para Desenvolvimento Tecnológico - RDT das concessões rodoviárias federais para o estudo e pesquisa de tecnologias sustentáveis.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



36.

Promover a articulação e integração com o planejamento de logística e transportes das demais unidades federativas, considerando:

a. o incentivo à execução, por parte dos demais entes federativos, de obras estratégicas e complementares aos eixos viários estratégicos federais a partir dos recursos provenientes da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre as operações realizadas com combustíveis (CIDE-Combustíveis);

b. o estímulo à formação de consórcios intermunicipais para a execução de obras de transportes terrestres a partir dos recursos repassados pela União;

c. o estabelecimento de acordos de cooperação técnica com as Unidades da Federação para fins de integração das bases de dados e dos sistemas de gestão e de controle de emissão dos bilhetes eletrônicos no âmbito do transporte intermunicipal e interestadual de passageiros nos modos de transporte terrestre;

d. o estabelecimento de acordos para delegação aos governos estaduais/ distrital quanto às competências de gestão, regulação e fiscalização dos serviços do transporte rodoviário interestadual semiurbano de passageiros;

36. (continuação)

e. a implementação de medidas e mecanismos de prestação de apoio técnico e transferência de tecnologia aos demais entes federativos com vistas ao desenvolvimento regional;

f. a padronização, no que couber e respeitando as especificidades regionais, das normas e regulamentos de trânsito municipais à luz da legislação federal.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



37.

Capacitar os servidores e os trabalhadores setoriais a partir de programas de intercâmbio funcional em entidades nacionais e internacionais de reconhecida capacidade em pesquisa, estudos, operações e prestações de serviço em transportes terrestres.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



38.

Subsidiar a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento urbano e regional ao longo das vias de transportes terrestres, considerando:

- a. a implementação de novo arcabouço regulatório voltado à permissão de uso e usufruto das faixas de domínio nas vias terrestres;**
- b. a utilização dos valores de indenização dos bens imóveis inservíveis em programas de reassentamento, regularização fundiária e provisão de habitações de interesse social para os ocupantes das faixas de domínio elegíveis para a participação destes programas;**
- c. a uniformização das regras e políticas de gestão territorial das faixas de domínio e faixas non aedificandi das vias terrestres federais;**

38. (continuação)

- d. a definição das faixas de domínio das rodovias federais e ferrovias;
- e. o incentivo à implantação de polos de desenvolvimento tecnológico, envolvendo universidades, escolas técnicas e indústrias, relacionados à prospecção de inovações e à manutenção das vias terrestres;
- f. o desenvolvimento de políticas de ordenamento territorial voltado ao desenvolvimento regional a partir da instalação de plantas industriais, comércios e serviços nos municípios e regiões localizados ao longo das vias terrestres;
- g. a garantia da manutenção do patrimônio histórico;
- h. o fomento ao desenvolvimento dos polos turísticos;
- i. o incentivo à instalação e ao reconhecimento de Pontos de Parada e Descanso (PPDs) ao longo das rodovias federais.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



39.

Implementar o Fórum Nacional de Transportes Terrestres enquanto evento periódico voltado ao debate, intercâmbio e disseminação de boas práticas de inovações tecnológicas e segurança jurídica para o setor de transportes terrestres.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



40.

Desenvolver portal eletrônico (plataforma web e mobile) interativo dedicado à divulgação de informações georreferenciadas setoriais de forma integrada, transparente e tempestiva, contendo, no mínimo:

- a. dados das condições física e de tráfego da malha rodoviária;
- b. localização das obras em andamento;
- c. identificação dos contratos de concessão rodoviária e ferroviária;
- d. localização das praças e preços das tarifas de pedágio;
- e. identificação dos contratos de manutenção;

40. (continuação)

- f. indicação dos trechos com maior incidência de acidentes e dados estatísticos das respectivas causas;
- g. painel dinâmico de informações de ocorrências nas vias;
- h. aplicação de programação da viagem, incluindo rotas e paradas;
- i. aplicação de avaliação da infraestrutura viária e relato, por parte dos usuários, de ocorrência de eventos e acidentes;
- j. aplicação de contato emergencial com as concessionárias e/ou órgãos competentes para gestão das vias.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



41.

Promover a coleta, análise e utilização de amplas bases de dados (big data), inclusive por meio de tecnologias de sensoriamento remoto, para o planejamento, fiscalização e monitoramento das obras, conservação do patrimônio, operações e manutenção das vias de transportes terrestres.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



42.

Desenvolver e divulgar ranking qualitativo das rodovias integrantes de corredores logísticos estratégicos, definido a partir de indicadores de desempenho logístico e pesquisas de satisfação junto aos usuários, com a identificação das rodovias que não apresentam, segundo parâmetros delimitados, as condições mínimas de conforto, segurança e trafegabilidade.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



43.

Articular, junto aos órgãos ambientais competentes, a simplificação, revisão e padronização dos normativos que tratam das questões ambientais no âmbito dos desenvolvimentos viários, com vistas a conferir maiores previsibilidades e uniformização, quando possível, das condicionantes e programas ambientais.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



44.

Implementar modelos e mecanismos de transferência para as empresas contratadas, no que couber, das responsabilidades pelo cumprimento das condicionantes ambientais dos empreendimentos rodoviários públicos.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



45.

Incentivar o desenvolvimento de programas de melhoria da eficiência energética de veículos e locomotivas com vistas à redução do consumo de combustíveis fósseis.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



46.

Fomentar a certificação de empresas e concessionárias de ferrovias e rodovias federais com selos e/ou títulos verdes, de forma a credenciá-las para a obtenção de financiamentos internos e externos voltados à adequação e manutenção das vias segundo parâmetros sustentáveis internacionalmente reconhecidos.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



47.

Estabelecer um ranking de pontuação dos projetos viários consoante os critérios de sustentabilidade, de modo a criar uma carteira de investimentos qualificáveis para a geração de créditos de carbono e captação dos recursos provenientes dos fundos de investimentos em títulos verdes.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



48.

Avaliar, à luz dos pleitos da iniciativa privada, a consecução de alterações legislativas para fins de geração de maior segurança jurídica setorial, considerando:

- a. a utilização vinculada dos recursos auferidos com as outorgas com o aporte de investimentos em parcerias público-privadas, fundos de investimentos de transporte e mecanismos de compensação;
- b. a avaliação de modificações atreladas à simplificação e desburocratização do transporte rodoviário de cargas;
- c. a modificação do status da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas (Lei n° 13.703/18) a fim de torná-la referencial, e não vinculativa.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



49.

Promover alterações na relação descritiva das rodovias federais no âmbito do Sistema Nacional de Viação, considerando:

- a. a manutenção sob a administração federal apenas das rodovias estratégicas e/ou que atendam aos critérios da Rede de Integração Nacional - RINTER;
- b. o aprimoramento do processo de transferência (arrolamento) de bens patrimoniais rodoviários;
- c. a facilitação da desafetação para os municípios de parte das rodovias que possuem características de vias locais.

OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



50.

Implementar a Agenda Regulatória do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, para fins de cumprimento de suas competências junto à Política Nacional de Trânsito e ao Programa Nacional de Trânsito, considerando, no mínimo, o desenvolvimento de ações nas seguintes áreas temáticas:

- a. educação para o trânsito;**
- b. mobilidade e engenharia;**
- c. alterações legislativas;**
- d. fiscalização de trânsito;**
- e. coleta e integração de dados.**

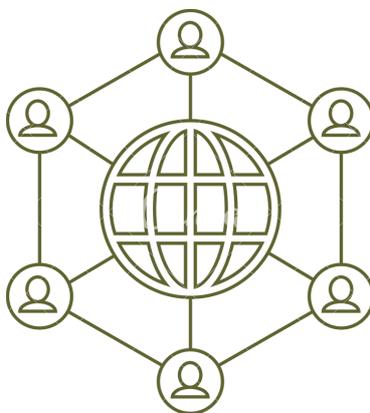
OBJETIVOS TÁTICOS RELACIONADOS



VALIDAÇÃO

As **Iniciativas Táticas** setoriais dispostas anteriormente devem ser devidamente validadas pelas áreas técnicas e políticas competentes, a fim de avaliar as minutas para fins de correções, supressões ou acréscimos de temas não abordados pelas partes interessadas durante a etapa de Consulta Estruturada.

Sendo assim, as minutas das 50 (cinquenta) Iniciativas Táticas vão ser discutidas intra e intersetorialmente, ensejando novas redações e proposições. Ao final desta etapa de validação, novas minutas mais assertivas e reconstruídas com base nas proposições presentes serão postas para avaliação mais geral em uma etapa de Consulta Pública, denotando o respeito fundamental das políticas públicas setoriais para com o controle e legitimação social em sua etapa de concepção e desenvolvimento.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a etapa de **Consulta Estruturada**, as minutas das 50 (cinquenta) Iniciativas Táticas, produtos de um tratamento metodológico das contribuições exaradas pelas partes interessadas que responderam ao formulário eletrônico, foram redigidas segundo as temáticas e as proposições táticas suscitadas. Assim, tais iniciativas - cerne dos comandos táticos a serem convertidos nas políticas públicas setoriais - deverão passar por um processo de validação e legitimação técnica e política pelas áreas competentes.

O final deste processo culminará na disposições de proposições mais claras e concretas enquanto **Iniciativas Táticas** setoriais do Plano Setorial de Transportes terrestres - PSTT.





Ministério da Infraestrutura
Secretaria Nacional de Transportes Terrestres